

A Constituinte e a Constituição Cidadã

Com o fim da Ditadura Militar em 1985 — impulsionado por uma grande mobilização da sociedade civil — o Brasil viveu um momento histórico inédito de reconhecimento, ampliação e aperfeiçoamento de direitos civis, sociais e políticos. Nesse contexto, nasceu a Constituição de 1988, que marcou o fim da transição democrática e a consolidação da democracia no Brasil.

COMO FUNCIONOU A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (ANC)

Instalada em 1º.fev.1987 e promulgada em 5.out.1988, a ANC foi marcada pela participação popular inédita, conflitos ideológicos e negociações entre adversários políticos. Sob coordenação da Mesa Diretora liderada por **Ulysses Guimarães**, presidente da Câmara dos Deputados e da ANC, 559 constituintes se dividiam em comissões para elaborar o texto da Constituição, reunindo-se no Plenário para debater e votar o texto-base e alterações.

Elaboração dos textos iniciais

Comissões Temáticas debatiam, criavam e recebiam propostas (de constituintes, entidades civis e cidadãos) sobre temas específicos, como sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) e direitos sociais.



Elaboração do texto-base

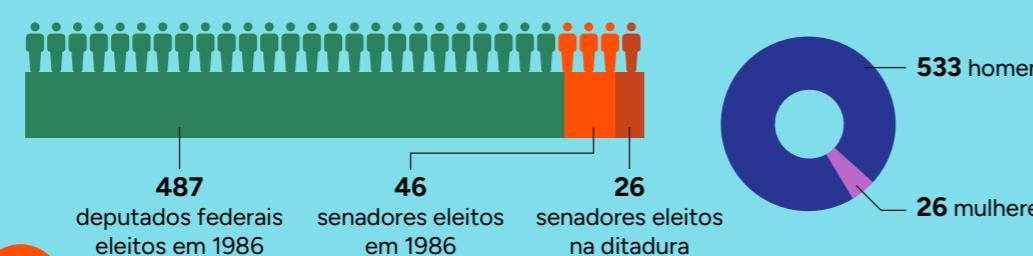
Os textos vindos das comissões temáticas chegavam à **Comissão de Sistematização**, responsável por compatibilizá-los, resolvendo contradições e conflitos. O projeto consolidado pela Comissão de Sistematização foi levado ao Plenário para votação final.

COMPOSIÇÃO DA ANC

Formada por

559

parlamentares de 13 partidos



CONFLITOS E CONCESSÕES

As principais disputas se deram entre grupos mais à esquerda e mais à direita que, para aprovar a Constituição e garantir estabilidade política, fizeram concessões em questões-chave como:



Ordem Econômica

Conflito: A esquerda queria maior controle sobre os recursos minerais e as remessas de lucros para o exterior, contra o liberalismo econômico da direita.

Concessões: Foi aprovada a intervenção estatal em setores estratégicos, mas com garantias ao capital estrangeiro e à iniciativa privada.

O grande marco da Redemocratização

A Constituição Federal de 1988 (CF88) substituiu a Constituição de 1967, imposta pelo regime militar. A CF88 reestabeleceu as eleições diretas para a presidência da República, governos de Estado e prefeituras, tornando-as uma das cláusulas pétreas da Constituição, assim como as garantias e liberdades fundamentais e a separação dos Três Poderes, criou direitos sociais e contou com a participação ativa da sociedade por meio da Assembleia Nacional Constituinte. Por isso, foi chamada de Constituição Cidadã.



Promulgação

O trabalho constituinte e a mobilização civil culminaram na proclamação da nova Constituição no Plenário da ANC por Ulysses Guimarães, em 1988, encerrando simbolicamente a transição do Brasil para a democracia.



Audiências públicas
A ANC realizou **centenas** de audiências públicas, com representantes sindicais, patronais, mulheres, negros, indígenas, estudantes e outros grupos sociais expondo suas posições e propostas aos constituintes.



DIVERSOS ARTIGOS DA CF88 RESULTARAM DESSA PARTICIPAÇÃO POPULAR, COMO:



Racismo
é crime inafiançável e imprescritível



Homens e mulheres
são iguais perante a lei



Saúde
é direito de todos e dever do Estado



Povos indígenas
têm direito à própria organização, cultura e terras

Reforma Agrária

Conflito: Ruralistas opunham-se à função social da terra e desapropriações, defendendo que a propriedade privada seria inviolável.

Concessões: A reforma agrária não foi barrada, mas vetou-se a desapropriação de terras produtivas.



Direitos Trabalhistas

Conflito: Empresários eram contra alguns direitos sindicais e a redução da jornada de trabalho defendida pelos sindicatos.

Concessões: Garantias como licença-maternidade foram estendidas, mas a redução da jornada foi menor do que a almejada pelos sindicatos.



Acesse o Projeto Linhas do Tempo sobre direitos desde a redemocratização.



FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

A Constituição Cidadã no Século 21

A Constituição não é um texto estático, mas um marco jurídico vivo. Do mesmo modo que a Democracia, ela é continuamente desafiada por novas realidades.



ETAPA 1: AMPLIAÇÃO - DIREITO EM AÇÃO

Escolha um aspecto da sua vida, na escola ou na família (como a liberdade de se expressar, ou o direito à educação, por exemplo). Pesquise como ele é afetado por uma lei ou direito derivado da CF88 e responda:

- Quais são as garantias constitucionais que tratam desse aspecto? Explique como essas garantias se manifestam na sua vida.



2.2. Selecione uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) rejeitada nos últimos anos – como a PEC 3/2021, que propunha que parlamentares só poderiam ser processados criminalmente com a autorização do Congresso, por exemplo. Para isso, pesquise em sites confiáveis de notícias e do Congresso, e responda:

- Do que tratava a PEC?
- Quais eram os grupos de interesse que a apoiavam e seus opositores?
- Quais eram os argumentos de cada lado?

ETAPA 2: PESQUISA E ANÁLISE - O APERFEIÇOAMENTO DA LEI

Para atualizar, aprimorar ou adequar pontos específicos, trechos da Constituição podem ser alterados por Emenda Constitucional (EC), respondendo a novas realidades e necessidades do país – como a EC 108/2020, que garante um investimento educacional mínimo por estudante, ou a EC 115/2022, que declara a proteção de dados pessoais como um direito fundamental, por exemplo.



2.1. Pesquise e selecione uma Emenda Constitucional promulgada no século 21.

A presidência da república oferece uma lista em seu site.

Link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/quadro_emc.htm

Identifique a EC e, com pesquisas adicionais nos sites do Congresso e de notícias, responda:

- Qual problema ou necessidade social a EC se propôs a resolver?
- Quais foram os principais argumentos a seu favor?
- Houve argumentos contrários? Quais?
- Qual é o impacto prático dessa Emenda na sociedade?



Façam uma breve pesquisa de notícias sobre a questão e identifiquem um desafio ou debate importante, dos últimos 5 anos, a seu respeito. Concluem com uma reflexão, respondendo:

- A garantia constitucional do direito é suficiente para sua efetivação? Por quê?
- Como a sociedade civil participa e influencia o debate sobre direitos?



Acesse o Projeto
Linhas do Tempo
sobre direitos desde
a redemocratização.

FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

A Constituinte e a Constituição Cidadã

Com o fim da Ditadura Militar em 1985 — impulsionado por uma grande mobilização da sociedade civil — o Brasil viveu um momento histórico inédito de reconhecimento, ampliação e aperfeiçoamento de direitos civis, sociais e políticos. Nesse contexto, nasceu a Constituição de 1988, que marcou o fim da transição democrática e a consolidação da democracia no Brasil.

COMO FUNCIONOU A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (ANC)

Instalada em 1º.fev.1987 e promulgada em 5.out.1988, a ANC foi marcada pela participação popular inédita, conflitos ideológicos e negociações entre adversários políticos. Sob coordenação da Mesa Diretora liderada por **Ulysses Guimarães**, presidente da Câmara dos Deputados e da ANC, 559 constituintes se dividiam em comissões para elaborar o texto da Constituição, reunindo-se no Plenário para debater e votar o texto-base e alterações.

Elaboração dos textos iniciais

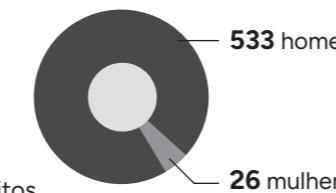
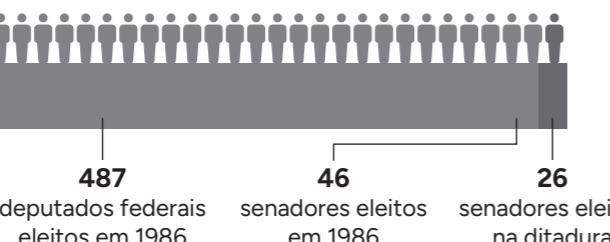
Comissões Temáticas debatiam, criavam e recebiam propostas (de constituintes, entidades civis e cidadãos) sobre temas específicos, como sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) e direitos sociais.



Elaboração do texto-base
Os textos vindos das comissões temáticas chegavam à **Comissão de Sistematização**, responsável por compatibilizá-los, resolvendo contradições e conflitos. O projeto consolidado pela Comissão de Sistematização foi levado ao Plenário para votação final.

COMPOSIÇÃO DA ANC

Formada por
559
parlamentares de 13 partidos



CONFLITOS E CONCESSÕES

As principais disputas se deram entre grupos mais à esquerda e mais à direita que, para aprovar a Constituição e garantir estabilidade política, fizeram concessões em questões-chave como:



Ordem Econômica

Conflito: A esquerda queria maior controle sobre os recursos minerais e as remessas de lucros para o exterior, contra o liberalismo econômico da direita.

Concessões: Foi aprovada a intervenção estatal em setores estratégicos, mas com garantias ao capital estrangeiro e à iniciativa privada.

O grande marco da Redemocratização

A Constituição Federal de 1988 (CF88) substituiu a Constituição de 1967, imposta pelo regime militar. A CF88 reestabeleceu as eleições diretas para a presidência da República, governos de Estado e prefeituras, tornando-as uma das cláusulas pétreas da Constituição, assim como as garantias e liberdades fundamentais e a separação dos Três Poderes, criou direitos sociais e contou com a participação ativa da sociedade por meio da Assembleia Nacional Constituinte. Por isso, foi chamada de Constituição Cidadã.



1

Debate e Votação

O texto-base foi debatido, emendado e votado no Plenário, sendo aprovado após garantir os **votos da maioria absoluta** da ANC.



2

Promulgação

O trabalho constituinte e a mobilização civil culminaram na proclamação da nova Constituição no Plenário da ANC por Ulysses Guimarães, em 1988, **encerrando simbolicamente a transição do Brasil para a democracia**.

3

4



DIVERSOS ARTIGOS DA CF88 RESULTARAM DESSA PARTICIPAÇÃO POPULAR, COMO:



Racismo
é crime inafiançável e imprescritível



Homens e mulheres
são iguais perante a lei



Saúde
é direito de todos e dever do Estado



Povos indígenas
têm direito à própria organização, cultura e terras

Reforma Agrária

Conflito: Ruralistas opunham-se à função social da terra e desapropriações, defendendo que a propriedade privada seria inviolável.

Concessões: A reforma agrária não foi barrada, mas vetou-se a desapropriação de terras produtivas.



Direitos Trabalhistas

Conflito: Empresários eram contra alguns direitos sindicais e a redução da jornada de trabalho defendida pelos sindicatos.

Concessões: Garantias como licença-maternidade foram estendidas, mas a redução da jornada foi menor do que a almejada pelos sindicatos.



Acesse o Projeto
Linhas do Tempo
sobre direitos desde
a redemocratização.

F U N D A Ç Ã O
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

A Constituição Cidadã no Século 21

A Constituição não é um texto estático, mas um marco jurídico vivo. Do mesmo modo que a Democracia, ela é continuamente desafiada por novas realidades.



ETAPA 1: AMPLIAÇÃO - DIREITO EM AÇÃO

Escolha um aspecto da sua vida, na escola ou na família (como a liberdade de se expressar, ou o direito à educação, por exemplo). Pesquise como ele é afetado por uma lei ou direito derivado da CF88 e responda:

- Quais são as garantias constitucionais que tratam desse aspecto? Explique como essas garantias se manifestam na sua vida.



ETAPA 2: PESQUISA E ANÁLISE - O APERFEIÇOAMENTO DA LEI

Para atualizar, aprimorar ou adequar pontos específicos, trechos da Constituição podem ser alterados por Emenda Constitucional (EC), respondendo a novas realidades e necessidades do país – como a EC 108/2020, que garante um investimento educacional mínimo por estudante, ou a EC 115/2022, que declara a proteção de dados pessoais como um direito fundamental, por exemplo.



- 2.1.** Pesquise e selecione uma Emenda Constitucional promulgada no século 21.

A presidência da república oferece uma lista em seu site.

Link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/quadro_emc.htm

Identifique a EC e, com pesquisas adicionais nos sites do Congresso e de notícias, responda:

- Qual problema ou necessidade social a EC se propôs a resolver?
- Quais foram os principais argumentos a seu favor?
- Houve argumentos contrários? Quais?
- Qual é o impacto prático dessa Emenda na sociedade?



Acesse o Projeto
Linhas do Tempo
sobre direitos desde
a redemocratização.



F U N D A Ç Ã O
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

- 2.2.** Selecione uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) rejeitada nos últimos anos – como a PEC 3/2021, que propunha que parlamentares só poderiam ser processados criminalmente com a autorização do Congresso, por exemplo. Para isso, pesquise em sites confiáveis de notícias e do Congresso, e responda:

- Do que tratava a PEC?
- Quais eram os grupos de interesse que a apoiavam e seus opositores?
- Quais eram os argumentos de cada lado?



ETAPA 3: LEITURA E REFLEXÃO

Você e seus colegas de classe devem se dividir em grupos. Acessem a página "Linhas do Tempo" da Fundação FHC. Cada grupo deve escolher uma das linhas do tempo disponíveis:

Link: <https://fundacaofhc.org.br/linhas-do-tempo/>

Selecione momentos cruciais na linha do tempo do tema escolhido que demonstrem:

- Uma conquista constitucional importante.
- Um exemplo da participação popular nessa conquista (mobilização de ONGs, conferências nacionais, atuação de movimentos sociais, por exemplo).
- Um conflito ou desafio (oposição política ou tentativa de retrocesso legal, por exemplo).

Façam uma breve pesquisa de notícias sobre a questão e identifiquem um desafio ou debate importante, dos últimos 5 anos, a seu respeito. Concluam com uma reflexão, respondendo:

- A garantia constitucional do direito é suficiente para sua efetivação? Por quê?
- Como a sociedade civil participa e influencia o debate sobre direitos?